

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Novos sentidos, deslocamentos e esvaziamentos vinculados a vigilância nas cidades. A comparação de dois casos brasileiros.

Marta Mourão Kanashiro.

Cita:

Marta Mourão Kanashiro (2009). *Novos sentidos, deslocamentos e esvaziamentos vinculados a vigilância nas cidades. A comparação de dois casos brasileiros. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/109>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/7Rz>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Novos sentidos, deslocamentos e esvaziamentos vinculados a vigilância nas cidades

A comparação de dois casos brasileiros ¹

*Marta Mourão Kanashiro*²

Introdução

O presente trabalho traz elementos para uma análise inicial do *Programa Um Olho no Céu*, um projeto experimental brasileiro implementado por 90 dias, a partir de setembro de 2002, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ) para o monitoramento de áreas da cidade consideradas crítica em seus índices de criminalidade por esse órgão do governo. As principais fontes para esse trabalho, ainda em desenvolvimento, são textos de jornais e revistas que circularam no período, o relatório final do projeto redigido pela empresa Lightship Brasil (ativamente envolvida em sua execução), e uma entrevista com um membro do governo nesse período.

O texto a seguir é composto pela apresentação das características gerais do *Programa Um Olho no Céu*, a partir do relatório supracitado, e pelo apontamento de novos discursos, deslocamentos e esvaziamentos de sentido, possíveis de serem observados não apenas por sua presença nesse programa, mas também porque se destacam quando comparados com o monitoramento também por câmeras no Parque da Luz, no centro da cidade de São Paulo. Os dados dessa outra pesquisa, realizada entre os anos de 2002 e 2005, foram apresentados no XXVI Congresso da Associação

¹ Uma versão ampla deste artigo foi apresentada no Simpósio Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, 04 a 06 de março de 2008, Curitiba, Paraná, Brasil.

² Pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas, junto ao Laboratório de Jornalismo (Labjor). E-mail: mmk@unicamp.br

Latinoamericana de Sociologia (ALAS), no Grupo de Trabalho Cidades Latinoamericanas no Novo Milênio (Kanashiro, 2007). A partir dessa comparação, o texto identifica as proximidades e diferenças entre o uso de tecnologias de monitoramento para segurança nas cidades, e finaliza com indicações de autores e conceitos que podem colaborar para pensarmos o funcionamento do poder na atualidade.

O objetivo mais amplo do artigo é focalizar as transformações que vêm ocorrendo no significado da segurança e na mobilidade nas cidades, assim como os processos de exclusão relacionados às tecnologias de monitoramento, controle e vigilância cada vez mais presentes em espaços de circulação pública. Não há portanto a intenção de avaliar a eficácia dessas tecnologias para a segurança urbana, assim como não se pretende dialogar em profundidade seja com o campo da segurança pública, da criminologia ou do urbanismo. De forma mais geral, o intuito desse texto é fazer emergir questões, discursos, práticas e saberes que participam das mudanças nessas áreas, mas compõe um cenário mais amplo de transformações. É importante ressaltar ainda que observar a tecnologia não pressupõe a existência de uma determinação da técnica sobre as mudanças sociais. Este foco deve ressaltar a participação das tecnologias de monitoramento nas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na contemporaneidade.

Um olho no céu

O *Programa Um Olho no Céu* foi um projeto piloto de monitoramento implementado a partir do início de setembro de 2002, em caráter experimental por 90 dias, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ). Após esse período de experiência e com a mudança de governo do estado, o projeto foi abandonado.

A curta vida do *Programa Um Olho no Céu* pode transmitir algumas falsas impressões, como por exemplo, a possível ausência de vigilância ou monitoramento executado de maneira mais contínua nos espaços de circulação pública, da cidade do Rio de Janeiro. Sobre esse ponto é importante ressaltar, que não se trata aqui de observar a realidade mais ampla da vigilância nessa região, inclusive porque existe uma utilização intensa de câmeras para o monitoramento em toda a orla do Rio de Janeiro. Como veremos, *Um olho no céu* é um caso bastante específico, que certamente difere em vários pontos dos diversos projetos e implantações de sistemas de vigilância nos espaços públicos desses locais.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2002, o projeto foi realizado com a contratação, pelo governo, da empresa Lightship Brasil, que forneceu equipamentos, e elaborou toda a estratégia e a logística para implantação do programa, que consistiu na utilização de um dirigível (ou zepelim) que sobrevoou e filmou áreas da cidade do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana (Grande Rio), que foram consideradas críticas em seus índices de criminalidade pela SSP-RJ. Essas áreas eram compostas em sua maioria por regiões extremamente precárias da cidade.

A aeronave, conhecida como Pax Rio, foi equipada com câmeras de monitoramento que alcançavam entre 10 e 15 quilômetros de distância e que podiam filmar também durante a noite e em condições adversas de visibilidade, mediante sensores, tais como o de infravermelho. As imagens captadas eram transmitidas em tempo real para um centro de operações (COSI) localizado na SSP-RJ, onde um coordenador de ações policiais e outros especialistas recebiam e analisavam as imagens definindo-as como eventuais ameaças e planejando, a partir desses meios, sua forma de atuação. De acordo com o relatório da Lightship Brasil foram produzidas em torno de 800 horas de filmagem do cotidiano das 386 áreas consideradas críticas, durante 1050 horas de voo.

“O Centro de controle foi idealizado de acordo com os mais avançados centros C3I [funções militares Comando, Comunicação, Controle e Inteligência ou Informação] do mundo e seguindo conceitos militares. A sala continha imagens dos sensores do dirigível Pax Rio, imagens das câmeras da CET Rio [Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro], imagens de televisão, imagens fornecidas por software da PM [Polícia Militar] indicando a posição geográfica das viaturas policiais, rádios de comunicação criptografados, bancos de dados digitais, sala de assistência VIP, enfim, todos os meios necessários para prover a adequada coordenação das ações policiais” (Relatório da Lightship Brasil, pp. 18). (grifos meus)³

Observando as características desse sistema, vale destacar que a forma de interligação desse sistema de vigilância não era comum em outros sistemas de monitoramento para segurança nas cidades brasileiras, nesse período. Sistemas tecnologicamente mais sofisticados como esse eram encontrados nas feiras de segurança eletrônica realizadas no país, e alguns eram utilizados por condomínios residenciais ou comerciais mais luxuosos, mas praticamente não eram encontrados em sistemas da segurança pública.

³ De acordo com membro do governo, vinculado à área de Planejamento Operacional da Secretaria de Segurança Pública em 2002, as imagens obtidas foram arquivadas como material operacional de inteligência. No entanto, não está claro no relatório se essas imagens também puderam ser arquivadas pela empresa Lightship. No Brasil não há uma regulamentação específica sobre acesso e arquivamento de imagens de monitoramento.

Essa é portanto uma primeira diferença entre o caso de instalação de câmeras para segurança no Parque da Luz, na região central da cidade de São Paulo, e o projeto de monitoramento do *Programa Um Olho no Céu*. No entanto, a principal diferença entre esses dois casos diz respeito ao local da cidade aonde o monitoramento ocorria. No caso da região central de São Paulo, tratava-se de um espaço central da cidade que vem sendo, desde aquela época, lentamente transformado em um local de cultura, lazer e turismo, mas que para isso tem expulsado a população pobre dessa região em direção a periferia da cidade, ou seja, rumo às áreas realmente precárias da cidade. Já o *Programa Um Olho no Céu*, ocorre exatamente sobre essas áreas mais precárias, as favelas, que não estão ligadas a um processo de enobrecimento ou gentrificação⁴ do espaço urbano.

Solução privada

Por outro lado, uma similaridade entre os dois casos é que assim como na pesquisa realizada no centro da cidade de São Paulo, também sobressai no relatório final do projeto do Rio de Janeiro, a ideia de inadequação do Estado em prover a segurança pública, e o aumento da violência e da criminalidade como cenário a ser modificado. Da mesma forma, a utilização de uma tecnologia considerada moderna e a segurança privada ou a contratação de serviços privados (como é o caso da Lightship) aparecem como soluções nesse quadro adjetivado como caótico.

Tanto no caso da Luz, como do programa do dirigível, as tecnologias de monitoramento são associadas a um projeto implícito mais amplo de transformação da segurança em mercadoria e ao crescimento mundial de sua circulação. Em ambos os casos, a justificativa de que a solução privada e os equipamentos eletrônicos de segurança vêm de encontro à necessidades e demandas por segurança não atendidas pelo Estado alimenta um processo de deslocamento da segurança como papel do Estado. No caso do dirigível, o rumo é dado pela parceria no projeto de segurança e contratação da empresa privada, mas acima de tudo pela importação de conceitos trazidos pela empresa.

O caso aqui não é discutir a falência ou não do Estado, os índices de criminalidade ou aumento da violência, mas pensar como essa justificativa funciona. E ela funciona direcionando a segurança para o universo privado e minimizando o Estado, pois mesmo que a iniciativa do programa tenha sido da Secretaria de Segurança Pública, toda a estratégia, a logística, os equipamentos e treinamentos vieram da empresa privada Lightship, uma multinacional norte-americana,

⁴ Conforme (LEITE, 2002), adota-se aqui o termo *gentrification*, neologismo derivado do inglês *gentry*, que não tem uma tradução consensual, podendo ser encontrado como gentrificação ou enobrecimento.

representada no Brasil nessa época pela Lightship Brasil, e hoje, representada pela Space Airships. É como se o próprio Estado sinalizasse a solução privada. De forma similar, os dois casos também acionam as ideias de medo e prevenção que vão estimular o crescimento do setor privado de segurança eletrônica, que é algo que também tem funcionado colaborando para a minimização do Estado.

O treinamento dado pela empresa focalizava o conceito C3I, eixo fundamental que guiou e estruturou toda concepção do programa e tema central do relatório. A utilização de alguns equipamentos em terra e a condução do dirigível também foram temas do treinamento por que pouco utilizados no Brasil. Tanto o dirigível como a maior parte dos equipamentos foram alugados pela SSP-RJ diretamente da matriz da norte-americana da empresa Lightship, que também forneceu a maior parte desses treinamentos⁵.

Assim, no programa em questão, a SSP-RJ adota uma solução advinda do setor privado, que é atravessada por esse novo significado da segurança tornada mercadoria. Mas nesse pacote em que se adquire a segurança, há objetos, conceitos, esvaziamentos, e significados novos, dentre os quais, o deslocamento de um ideário militar em direção à segurança urbana. Nesse ambiente tático e estratégico prevalece um saber técnico e de especialistas que desloca o caráter político das decisões.

Terror

“Após a fase dos sequestros hoje o tráfico de drogas desceu o morro e tomou conta do asfalto. As vias expressas do Rio de Janeiro vivem sob a égide do terror. A falta de ações integradas, comunicação e aparelhagem, que possam fazer frente ao forte armamento utilizado pelos criminosos, tem deixado a sociedade indefesa. Os programas sociais, única forma efetiva de resgate da cidadania, necessitam da garantia da ação policial repressiva, para evitar o constrangimento das comunidades por grupos armados, impondo o terror e aliciando os jovens, sobretudo nas áreas carentes”. (Relatório da Lightship Brasil, pp. 1) (grifos meus)

Esse trecho do relatório traz alguns elementos importantes para a presente análise. Em primeiro lugar, estabelece um quadro de terror, medo e ameaça e a força desses termos amplia a necessidade de solução. Essa é uma questão que difere do caso do Parque da Luz, no qual a necessidade de vigilância ligava-se a um projeto de gentrificação, e os discursos, que defendiam a transformação da

⁵ “os operadores de imagens e pilotos em formação, receberam treinamento no manuseio do sistema durante 10 dias, ministrados pelos técnicos do fabricante. (...) Após a primeira semana de operações a câmera (...) foi substituída por um modelo mais moderno e (...) considerado ideal para o programa, sob supervisão de um funcionário do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.” (Relatório da Lightship Brasil, pp.9 e 10).

região, apontavam por um lado para recuperação de um passado glorioso, quando a região central da cidade representava modernidade e trabalho, lazer e bem estar, por outro lado, uma degradação mais recente que precisava ser eliminada, e é representada pelas figuras que não se adequam a um projeto de nova modernização do local, como os meninos de rua, os sem-teto ou os vendedores ambulantes. Esses mesmos discursos exaltavam as transformações em direção a um futuro limpo, seguro e vigiado contraposto às ideias de degradação e decadência. No caso da Programa Um Olho no Céu, todo esse cenário desaparece, pois não há passado a ser resgatado, ou futuro a ser almejado diante do terror a ser combatido.

Em segundo lugar, o trecho supracitado afirma que para a realização de programas sociais, identificados com o “resgate da cidadania”, é necessário a garantia da “ação policial repressiva”. Diante disso é o caso de perguntar com indignação e ironia: de qual cidadania esta se falando aqui? Certamente é algo que está distante da noção que vem sendo cunhada no bojo dos movimentos sociais desde a década de 1970 como “nova cidadania” ou “cidadania ampliada” (Dagnino, 2002), e que inclui a noção de “direito a ter direitos” e que se caracteriza pela criação, invenção e definição de novos direitos pelos sujeitos, agentes políticos ativos. Cidadania, portanto, não se trata da mera inclusão de pessoas em um sistema previamente dado e definido, num processo de cima para baixo.

Além disso, o esforço para encontrar qualquer sentido no uso do termo cidadania no relatório é inútil diante da necessidade de garantia pela ação repressiva. Não há cidadania possível que possa estar interligada a ideia de repressão, e quando ocorre uma interligação como essa, o que se vê é o completo esvaziamento do sentido de cidadania enquanto um processo político. No limite o que ocorre é um esvaziamento da própria política, e é dessa forma que o projeto de monitoramento por câmeras vai se vinculando com discursos de repressão.

Indo do terror ao esvaziamento da política, é importante lembrar aqui o que a socióloga Maria Célia Paoli afirma ao tratar de violência e política. De acordo com ela, a gestão da sociedade, a violência e a produção de um consenso sobre a cidade operam por um dispositivo duplo que dissolve sujeitos políticos, seus territórios de demandas e suas exigências críticas.

“De um lado, aparecem os programas técnicos governamentais e não governamentais (...) para atenuação das carências (...) De outro, a violência opera pela manutenção da insegurança, cuja forma de controle repressivo se confunde com a própria transgressão (...) Em ambos os casos, constituem-se presenças públicas que tentam aparecer como políticas responsáveis (...) mas de fato a política é estilhaçada na proliferação desses seus duplos, já que técnicas

de intervenção social (...) e a violência institucional de controle passam crescentemente como ações governamentais ou privadas de políticas de prevenção, comandadas por um contexto de insegurança que justifica qualquer medida tomada (...) em nome do bem-estar de seus habitantes?” (Paoli, 2007: 228).

Paoli ainda indica que é nesse vazio da política que a violência e a gestão das populações se instalam e substituem os espaços públicos, elas nos convencem que: *“diante de nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e fórmulas de intervenção está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto. O que elas configuram, no entanto, é um modo de gestão da vida coletiva que faz repetir, mais uma vez, o bloqueio dos caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas, ou seja, a política.”* (Paoli, 2007: 226)

C3I: ideário de guerra

Vários são os autores que relacionam o conceito C3I ao surgimento de novas tecnologias de comunicação e de monitoramento. Não se trata aqui de discutir essa aproximação, mas tão somente sinalizar o caráter central desse conceito no *Programa Um Olho no Céu* e a emergência de um discurso declarado de deslocamento de táticas e estratégias de guerra para a segurança urbana, em especial, sobre áreas pobres da cidade. Note-se que é ligado a esse conceito que o monitoramento é testado e experimentado nessas áreas precárias da cidade, sendo que algumas delas são chamadas pejorativamente pelos operadores da polícia de Faixa de Gaza.

Assim, outra comparação importante entre o caso do Parque da Luz e do *Programa Um olho no Céu*, é que se no primeiro há uma forma de embate não declarado, mas visível, no segundo é a própria guerra que se sobressai de forma explícita. O embate na região central de São Paulo estava posto nas desocupações violentas de prédios na região, na expulsão da população pobre desse espaço, um contexto que sinalizava que para além do isolamento da parcela mais abastada da sociedade em enclaves fortificados, como observado por Caldeira (2000), ou em ilhas de riqueza, como colocado por Davis (1993), havia um investimento desse grupo para ampliar sua própria mobilidade para região central. No caso do projeto do dirigível no Rio de Janeiro, trata-se de imobilizar grupos ou pessoas nas regiões mais precárias da cidade, e em lugar da exclusão de um grupo de um local para outro, sobressai o reconhecimento e identificação do perfil do adversário, a construção de bancos de dados sobre pessoas consideradas perigosas, a perseguição, e a associação direta de monitoramento e guerra.

De acordo com o relatório, a inteligência nesse sistema refere-se à busca de um conhecimento profundo do perfil do adversário, permitida por uma observação constante e pela catalogação de

seus hábitos e preferências, o que pode permitir ainda “até um razoável grau de acerto na previsão de seus próximos movimentos” (Relatório da Lightship Brasil, pp. 4). Nesse sistema as informações são armazenadas em banco de imagens e de dados georreferenciados e orientados cronologicamente, o qual serve como ferramenta de planejamento.

Em sua conclusão o relatório ainda defende a utilização corrente do conceito C3I para a segurança urbana e a integração de bancos de dados em um banco nacional: “*O programa C3I, já utilizado em diversos países, pode ser implementado em qualquer cidade brasileira com problemas de criminalidade urbana, necessitando apenas a identificação da plataforma mais adequada (ou seja, é só uma questão técnica). Nesse aspecto, há diversas opções de aeronaves, tripuladas ou não. Imaginando a existência de programas C3I nas grandes cidades brasileiras, não seria difícil antever a possibilidade de integração de todas as informações num único banco de dados, em nível federal, e até sua compatibilização com o módulo de vigilância territorial Sivam*” (Relatório da Lightship Brasil, pp. 30). (grifo meu) ⁶

Apesar do programa experimental não ter se tornado permanente, os ideais que o cercam e compõe não só propõe sugestões de sua ampliação para futuros sistemas nacionais, como postulam um formato de atuação continuamente acionado. Desde esta experiência cogita-se a utilização de helicópteros ou veículos aéreos não tripulados (VANTs, considerados pelos operadores menos custosos pela ausência de tripulação) equipados com câmeras para realizar o mesmo serviço oferecido pelo dirigível.

Além desse aspecto da inteligência, o *Programa Um Olho no Céu* ainda dá outras pistas sobre o seu funcionamento ao destacar a importância do centro de operações do sistema contar com informações de controle em tempo real e com uma comunicação que seja imediata. O relatório diz: “*O controle em qualquer arena moderna exige acompanhamento em tempo real*”. Tal necessidade é justificada no texto como meio para permitir que o comando das operações seja exercido integralmente no mais alto nível possível, entendendo por isso, que o comando não seja fragmentado, nem que fique a cargo de escalões inferiores de decisão os quais não têm uma “*visão completa do cenário*” (Relatório da Lightship Brasil, pp. 30). Essa comunicação imediata é um requisito no relatório para “*permitir o fluxo essencial de ordens*”.

⁶ Sivam é a sigla para Sistema de Vigilância da Amazônia, um projeto das forças armadas no Brasil para monitorar o espaço aéreo da Amazônia.

As características acima mencionadas dos itens de comando, controle e inteligência, assim como a aproximação da atividade de defesa estratégica ou militar das formas de promoção da segurança urbana podem ser indicações interessantes para se pensar por um lado, o poder como uma relação que associa guerra e política (Foucault, 2002) e, por outro, o funcionamento do poder a partir de mecanismos mais próximos das sociedades de controle de Deleuze (2000), do que das sociedades disciplinares de Foucault (1987).

No entanto, antes de finalizar esse trabalho com essas indicações breves, é importante concluir esse tópico sublinhando um último deslocamento vinculado ao sistema vigente no *Programa um Olho no Céu*. As falhas no âmbito do C3I são indicadas nesse modelo como “falhas técnicas e estratégicas”, o que reduz e retira o caráter político das decisões tomadas. É importante destacar aqui que o relatório aponta alguns exemplos do que qualifica como falha de comunicação: o episódio do ônibus 174, no Rio de Janeiro, e do que qualifica como falha de comando e controle: as ações de repressão policial em Eldorado dos Carajás, e a invasão do Presídio do Carandiru. Apenas para marcar esse aspecto, deve-se frisar que esses são três casos em que a polícia executou pessoas, fossem criminosos, presidiários ou manifestantes. É no deslocamento da questão, que debates que envolvem direitos humanos, democracia, e impunidade são transformados em algo essencialmente técnico, tático e estratégico e esvaziados de sentido.

A hipótese de Nietzsche e a sociedade de controle

A centralidade da guerra no projeto de monitoramento do Rio de Janeiro remete a forma como Foucault (2002) inverte a proposição de Clausewitz (1780 - 1831), um general e estrategista militar prussiano que definiu no século XIX a associação entre guerra e política da seguinte maneira: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Foucault (2002) vai pensar a formulação de Clausewitz para se opor à ideia de funcionamento do poder como algo essencialmente repressivo (que ele nomeia hipótese de Reich), e para afirmar o funcionamento dos mecanismos de poder como manifestação das relações de força, em termos de enfrentamento, combate ou guerra (que denomina hipótese de Nietzsche).

Ao afirmar que a “política é a guerra continuada por outros meios”, Foucault (2002) está argumentando que as relações de poder ancoram-se em uma certa relação de força estabelecida na guerra e pela guerra. É desta forma que a guerra torna-se o motor do exercício do poder político. Para o filósofo, o poder político faz tanto reinar a guerra, como a paz, mas não com intuito de

suspender os efeitos da guerra ou neutralizar um desequilíbrio, mas sim para reinserir continuamente essa relação de força.

Nesse caso, a repressão não é a opressão mas “*o simples efeito e prosseguimento de uma relação de dominação. A repressão nada mais seria que o emprego, no interior dessa pseudopaz, solapada por uma guerra contínua, de uma relação de força perpétua*”. (Foucault, 2002: 23)

Paralelamente, as características do sistema de monitoramento, em especial, o controle em tempo real e de forma contínua, a construção de bancos de dados e os fluxos de informação nos remetem mais aos mecanismos de funcionamento do poder como sinalizados na sociedade de controle deleuziana (2000), do que nas sociedades disciplinares de Foucault (1987). As cidades e tecnologias de monitoramento, enquanto elementos de dispositivos de vigilância, atuam por antecipação de ações, na previsão dos próximos movimentos⁷. Essas tecnologias não se vinculam mais ao lugar ou tempo adequados para a punição exemplar, e sim à permissão ou recusa do acesso, que desloca e dilui a punição para o momento sempre imediato da mobilidade, da circulação. Em lugar do indivíduo, sobressai-se nesse sistema o fluxo de informação como objeto, seu gerenciamento, sua categorização e classificação.

A “militarização do espaço público” ou a “obsessão por sistemas de segurança física e controle arquitetônico das fronteiras sociais” nas cidades, como observado por Davis (1993), pode ser aliado a esse universo de fluxos de informação, senhas e bancos de dados. De Giorgi (2006) apesar de referir-se a repressão numa perspectiva de poder que não é aquela colocada por Foucault (2002), compartilha em parte da perspectiva de Davis (1993) e de um distanciamento do modelo das sociedades disciplinares ao construir sua “metrópole punitiva” e acrescentar que a “*arquitetura urbana não se limita a tornar possível a vigilância segundo o modelo foucaultiano de cidade punitiva, mas sim se transforma, ela mesma, em dispositivo de vigilância, modalidade de uma repressão que se exerce (...) não mais sobre os indivíduos singulares, mas sobre classes inteiras de sujeitos. (...) a cidade não parece funcionar como um mecanismo orientado para determinar, nos indivíduos, a interiorização de valores disciplinares(...)*”. (De Giorgi, 2006: 102)

Um olho no céu sobre as favelas do Rio de Janeiro revela assim possibilidades de compreensão do funcionamento do poder na atualidade e sinaliza para além da “metrópole punitiva”, que impede o encontro de diferentes e obstaculiza interações, o acirramento do conflito em determinadas áreas da cidade que torna concreta a definição de uma política que é definida pela

⁷ Focalizar a antecipação e prevenção é uma forma de esvaziamentos de alternativas possíveis no futuro.

guerra continuada por outros meios. Empurrada para locais assegurados por uma segurança pública erodida, a população considerada perigosa constitui para De Giorgi (2006) “guetos propriamente ditos” e, para Davis (1993), “ilhas de terror”, nas quais há um maior índice de lesões corporais e que podem ser entendidas na presente análise como zonas de extermínio.

Bibliografia

- BAUMAN, Z. (1999). *Globalização: as consequências humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BERTONHA, J.F. (2007). "A Pax britannica e a Pax americana". *Revista Espaço Acadêmico*, n. 70, ano VI, março.
- BUENO, S. S. (2005). "Robótica aérea". *Revista ComCiencia*, edição n. 70, 10 de outubro. Disponível online: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/10/10.shtml> Última consulta: novembro de 2007.
- CALDEIRA, T. (2000). *Cidades e muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e Edusp.
- CARVALHO, M.S.R.M. (2006) *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, setembro.
- DAGNINO, E. (2004). "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?". *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización* (Daniel Mato, coord), Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela. Disponível online: <http://www.red.org.ve/view/docs/primeraspaginasr2.pdf>
- Última consulta: novembro de 2007.
- DAVIS, M. (1993). *Cidade de Quartzos, escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Editora Página Aberta.
- DE GIORGI, A. (2006) *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de Criminologia (ICC).
- DELEUZE, G. (2000). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FOUCAULT, M. (2002) *Em defesa do sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2006) *Seguridad, territorio, población: Curso en el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- KANASHIRO, M.M. (2007) Implementação e disseminação de câmeras de monitoramento para segurança, XXVI Congresso da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), 12 e 19 de agosto, em Guadalajara (Mexico). Grupo de Trabalho "Ciudades Latinoamericanas en el Nuevo Milênio".
- LEITE, R. P. "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, n.49, pp.115-134, 2002.
- PAOLI, M. C. (2007). "O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política". *A era da indeterminação*. Francisco de Oliveira e Cibele S. Rizek (org.). pp. 221- 257. São Paulo: Boitempo.
- SANCHEZ, F. "A reinvenção das cidades na virada do século, agentes, estratégias e escalas de ação política", *Rev. Sociol. Polit.*, n.16, jun., pp.31-49, 2001.
- VIRILIO, P. (1996). *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade.
- VIRILIO, P. (2000). *Estratégias da decepção*. São Paulo: Estação Liberdade.
- VIRILIO, P. (2005) *Guerra e cinema: logística da percepção*. São Paulo: Boitempo.
- ZUKIN, S. (1995) *The Culture of Cities*, Oxford: Blackwell Publishers.

Documentos eletrônicos

- Relatório da empresa Lightship Brasil (sem título) que avalia o *Programa Um Olho no Céu* (sem data). Disponível em: <http://www.spaceairships.com.br/C31/introducao.asp>, último acesso: junho de 2007

Materiais especiais: filmes e entrevista

- Membro da Secretaria de planejamento e integração operacional, do governo do estado do Rio de Janeiro no ano de 2002. Gravada em meio digital. Entrevista concedida a Marta Kanashiro. Arquivo pessoal.